



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2024

CNPJ: 31.723.265/0001-41

ARQUIVO: BALANÇO PATRIMONIAL - BALPAT

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, administração direta, tem sua sede estabelecida à Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro, Cachoeiro de Itapemirim – ES, CEP: 29.300-170, adota de acordo com a Constituição Federal, princípios de soberania popular e de representação, segundo os quais o poder político pertence ao povo e é exercido em nome deste por órgãos constitucionalmente definidos. As demonstrações apresentadas abrangem apenas o Poder Legislativo do Município de Cachoeiro de Itapemirim, portanto, não se refere a toda a Administração Pública Municipal.

2 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as regulamentações da Secretaria de Tesouro Nacional e demais disposições normativas vigentes.

3 - INFORMAÇÕES RELEVANTES NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL – BALPAT

A) Conforme regulamentação da STN e TCEES (IN nº 36/2016 TCEES e Instrução Técnica de Consulta nº 00060/2021-6 – TCEES) foram reconhecidas a totalidade das despesas com férias, 1/3 de férias, INSS, IPAJM e IPACI patronal incidentes sobre as mesmas no atributo “P”. Além do reconhecimento no referido atributo, os mencionados valores também foram reconhecidos no atributo “F”, ocasião que realizou-se o empenho, a liquidação e deixado seu respectivo valor em caixa.

Assevera que esse procedimento é uma atitude de boa prática de gestão, tendo em vista não haver nenhuma determinação legal de obrigatoriedade de efetuar a execução orçamentária dos mesmos. A legislação determina o reconhecimento no atributo “P” e a Administração da

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Câmara Municipal, além de reconhecer no devido atributo, reconhece também no atributo “F”, realizando assim, o empenho, a liquidação e deixando os valores em caixa na ocasião de não realização do pagamento no exercício vigente.

B) O saldo na conta contábil de Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 47.835,32, é derivado dos seguintes lançamentos contábeis:

C – 1.1.3.8.1.16.00.000 Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidores e Ex-Servidores ----- R\$ 21.598,40 (Baixa de Direito a Receber);

D - 1.1.3.8.1.16.00.000 Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidores e Ex-Servidores ----- R\$ 18.883,52 (Atualização de Direito a Receber);

D – Diversas Contas de Passivo a Pagar ----- R\$ 50.550,20
(Cancelamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores).

Obs.: Todos os ajustes estão subsidiados por constatações verificadas durante o exercício de 2024, por processos, cujos fatos ocorreram em exercícios anteriores. E todos os lançamentos de contrapartida foram realizados na **conta contábil 2.3.7.1.1.03.00.000 Ajustes de Exercícios Anteriores**.

Ressalta-se que tais lançamentos advém dos seguintes processos:

1_ Processo de ressarcimento de Pagamentos acima do Teto Constitucional em exercícios anteriores (Constatado através de Auditoria Interna) – Processo Administrativo nº 44/2017 (Protocolo Geral CMCI 64822/2017);

2 – Processo de atualização de saldo devedor - Memorando Administrativo nº 267/2024.

3_ Processo de cancelamento de restos a Pagar de Exercícios Anteriores -Decreto nº 34889/24 – R\$ 50.550,20 – Publicado no Diário Oficial nº 7216, de 26/12/24;

4 – BENS IMÓVEIS

O prédio da Câmara passou por uma reforma geral, com melhorias em todos os andares, com inclusão de banheiros acessíveis, acessibilidade para todo o prédio, adaptações para atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros, instalação de um elevador externo para atender pessoas idosas, portadores de necessidades especiais e demais públicos e outras melhorias em geral. Após o término da obra, foi realizado a reavaliação do edifício e do terreno, que trouxe uma valorização considerável, cujo valor anterior era **de R\$ 5.047.998,72** e após a reavaliação o valor passou a ser de **R\$ 10.957.954,52**.



5 – BENS MÓVEIS

O processo de reavaliação dos bens móveis da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim nº 21.091/2024, teve início no exercício de 2024 e será finalizado no exercício de 2025.

6 - RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2024

Importante informar que no exercício de 2024, foi devolvido o montante de **R\$ 1.712.743,23** (um milhão, setecentos e doze mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos) à Prefeitura Municipal de Cachoeiro. Do valor acima mencionado, **R\$ 959.523,54** (novecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos) refere-se à sobra orçamentária do exercício de 2023; **R\$ 160.399,65** (cento e sessenta mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos) refere-se ao saldo de rendimentos de aplicação financeira de 2023; **R\$ 486.660,07** (quatrocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sessenta reais e sete centavos) refere-se a parte dos rendimentos de aplicação financeira de 2024; e **R\$ 106.159,97** (cento e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e sete centavos) refere-se ao cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores pela não necessidade de sua utilização.

O Resultado Financeiro superavitário apurado no exercício financeiro de 2024 foi de R\$ 643.609,68 (seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e nove reais e sessenta e oito centavos), conforme descrito abaixo:

Ativo Financeiro	Valor (R\$)
Saldo Financeiro em 31/12/2024	2.877.442,96
Outros Créditos em 31/12/2024 (sal. família + sal. Maternidade)	2.378,37
Total Ativo Financeiro	2.879.821,33

Passivo Financeiro	Valor (R\$)
Restos a Pagar Processados e Não Processados (2020/2024)	1.643.844,20
Consignações a Pagar	549.720,75
Rendimento de Aplicação a Devolver PMCI	42.646,70
Total Passivo Financeiro	2.236.211,65

Superávit Financeiro	R\$ 643.609,68
-----------------------------	-----------------------

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



7 - PROCESSO JUDICIAL E PONTO DE CONTROLE CIDADES - TCE

Conforme consulta à Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Cachoeiro, através do Protocolo nº 23.144/2024 sobre Processos Judiciais em aberto contra Câmara Municipal, destacamos o seguinte processo:

Processo 0016880-45.2017.8.08.0011 – Aguardando cumprimento de prazos, trânsito em julgado (desde 12/11/2021). Ação Judicial que tem seu desembolso provável no exercício de 2025 ou 2026. O valor provável do referido processo, salvo adequações processuais, monta o valor de R\$ 350.658,93. Ressalta-se que o valor mencionado está empenhado (Restos a Pagar Não Processados) e com seu valor reservado em caixa.

Vale ressaltar que nas prestações de contas mensais enviadas ao TCE/ES, têm aparecido um ponto de controle mencionando o seguinte: “Existem Empenhos em Restos a Pagar não Processados cujo ano de emissão ocorreu há mais de um exercício financeiro. Devem ser apuradas as razões e/ou circunstâncias que fundamentam a permanência de RP Não Processados por mais de um exercício financeiro sem execução, tendo em vista uma possível depuração e correta identificação do passivo da unidade gestora, favorecendo uma gestão administrativa, fiscal e financeira transparente e responsável, uma vez que a manutenção de restos a pagar compromete a disponibilidade financeira e o planejamento governamental. Entretanto, ressaltamos orientações do TCEES, conforme IN 51/2019: “Ultrapassada a fase dos requisitos para a inscrição em restos a pagar não processados – disponibilidade financeira (art. 55, III, b, LRF) e prazo vigente para cumprimento da obrigação pelo credor – o cancelamento de restos a pagar não processados deverá ser feito com base nos critérios da oportunidade e da publicidade. O primeiro critério indica que somente após a análise do não cumprimento das obrigações, por quaisquer motivos, é que se promoverá o cancelamento das despesas inscritas em restos a pagar. O segundo critério indica a necessidade de se dar publicidade aos decretos de cancelamento, permitindo aos interessados exercerem o direito à defesa de seus interesses”.

Importante explicar que tal valor é justamente os Restos a Pagar Não Processados no valor total de R\$ 350.658,93 mencionado acima, e que terá seu pagamento e desembolso provavelmente no exercício de 2025 ou 2026, conforme procedimento judicial.

8 – DEMAIS PROCESSOS JUDICIAIS

1) Processo: 5008256-09.2023.8.08.0011 - Data da Distribuição: 21/09/2023 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Classe Judicial: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) - Responsabilidade da Administração (9991) - Indenização por Dano Moral (9992) - Acidente de Trânsito (9996) Jurisdição: Cachoeiro de Itapemirim Valor da causa: R\$ 20.000,00 Cachoeiro de Itapemirim - 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, RP, MA e Execuções Fiscais Polo ativo: MARCO ANTONIO REIS DA SILVA - CPF: 151.473.467-24 (REQUERENTE) Polo Passivo: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - CNPJ: 27.165.588/0001-90(REQUERIDO) Movimento 07/11/2024 19:06:51 - Decorrido prazo de MARCO ANTONIO REIS DA SILVA em 05/11/2024 23:59. 07/11/2024 19:06:49 - Decorrido prazo

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



de DIEGO ROCHA DA SILVA em 05/11/2024 23:59. 02/10/2024 17:39:25 - Expedida/certificada a intimação eletrônica Obs.: Aguardando prazo de defesa – Probabilidade de perda (desembolso) POSSÍVEL para o exercício de 2025 no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

2) Processo: 5004457-55.2023.8.08.0011 (PROCESSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA) - Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL Órgão julgador: Cachoeiro de Itapemirim - 2a Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, RP, MA e Execuções Fiscais Última distribuição: 28/04/2023 Valor da causa: R\$ 0,00 PARTES: VALDE MOURA DE JESUS JÚNIOR (REQUERENTE) MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (REQUERIDO) Movimento 11/12/2023 14:14 Citação eletrônica.

OBS.: Processo em Segredo de Justiça – Inexistência de ciência do andamento processual - Contestação enviada ao Poder Executivo – Probabilidade de perda (desembolso) POSSÍVEL para o exercício de 2025 no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

9 – CRIAÇÃO DA POLÍTICA CONTÁBIL NA CÂMARA MUNICIPAL

O setor contábil da Câmara Municipal vêm realizando atualizações em suas normas contábeis nos últimos anos, e após a atualização de tais normas, viu-se a necessidade da criação, no exercício de 2025, da Política Contábil da Câmara Municipal, com a finalidade normatizar todo o tratamento contábil necessário para o bom andamento de sua execução contábil e posteriores demonstrativos contábeis, atendendo assim ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 20 de março de 2025.

Atenciosamente,

Alexandre Valdo Maitan

Presidente

Rafael Macedo Batista

Contador – CRC/ES 016.165

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”